

real
at
óri

II FÓRUM FUTURO DA REGULAÇÃO



realização :



FIBE

FÓRUM DE INTEGRAÇÃO
BRASIL-EUROPA



1290
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CEDIPRE



idp



FGV
CONHECIMENTO



Instituto
Rui Barbosa
Instituto de Desenvolvimento da Pós-Graduação

apoio científico:

parceiros:

■ REALIZAÇÃO

O Fórum de Integração Brasil Europa - FIBE é uma associação sem fins lucrativos, formalizada em cartório notarial de Lisboa em 13/10/2021, regida pela legislação portuguesa. Com mais de 332 associados, entre brasileiros e portugueses, o corpo social do FIBE é composto por autoridades, magistrados, juristas, economistas, empresários, entre outros profissionais de prestígio. Em dois anos de atuação, o FIBE realizou sete Fóruns, além de Duetos - Diálogos Além-Mar e webinários. Foram encontros que reuniram centenas de especialistas em debates inspirados nos antigos fóruns romanos, em que a praça era o local destinado às discussões públicas. Com o Prémio FIBE, distinguiu mestrandos e doutorandos, mas também lançou obras importantes para a integração do Brasil com a Europa, através do Selo FIBE.

CONSELHO DIRETIVO

Presidente

Vitalino Canas

Vice-Presidente

José Roberto Afonso

Diretor Executivo

Eduardo Jorge Caldas Pereira

CONSELHO FISCAL

Presidente

Natália Meirinhos

Secretária

Dilne Mendes Mesquita

Relator

José Maurício Aquino

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Thereza Cristina Nogueira de Aquino

Secretário

Alexandre Pundek Rocha

Vogal

Esmeralda da Silva Santos Dourado

CONSELHO CONSULTIVO

Membro

Gilmar Mendes

Membro

Fernando Henrique Cardoso

Membro

Jorge Carlos Fonseca

COORDENAÇÃO

Secretária Geral

Dilne Mesquita

EQUIPA TÉCNICA

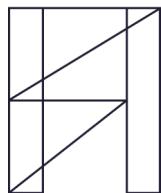
Gerente Técnico

Bernardo Motta

Assessora de Planejamento e Pesquisa
Luisa Cunha

Assessora de Imprensa
Raquel Lima

Coordenadora de Redes Sociais
Stéfanie Stefaisk



O FUTURO DA REGULAÇÃO EM DEBATE

Quatro anos após sua primeira edição, o **II Fórum Futuro da Regulação** discutiu temas urgentes, que põem em revista a regulação contemporânea, impulsionados pela disruptão económica, pela revolução digital, pela crise climática, só para citar algumas das mudanças no mundo de 2025.

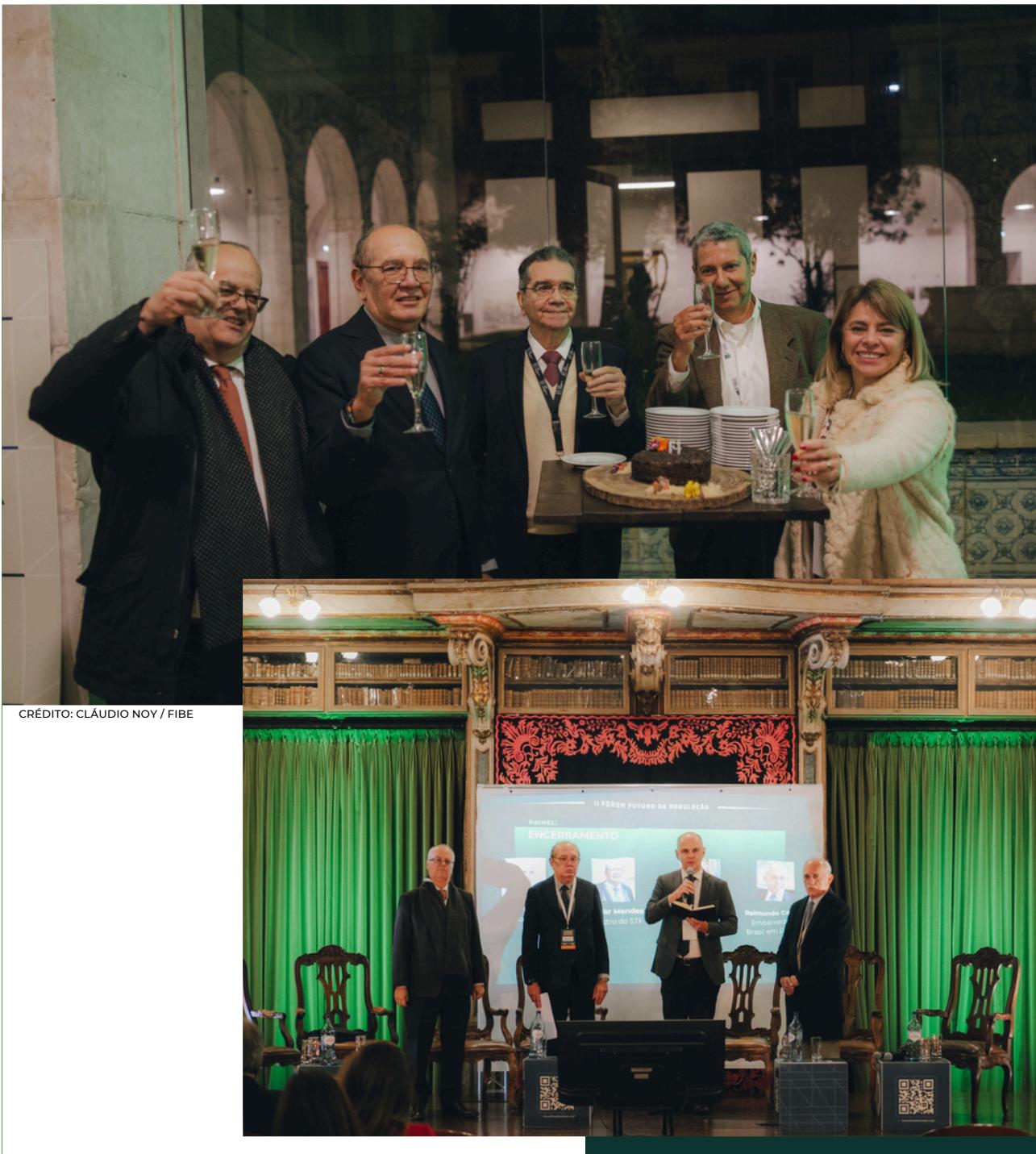
Realizado pelo *Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE)*, de 26 a 28 de novembro de 2025, na Academia de Ciências de Lisboa, o evento colocou em debate o futuro da regulação, provocando reflexões sobre as regras que controlam a economia e o bem-estar social, elencando desafios mais atuais, mas também apontando tendências e soluções.

O **II Fórum Futuro da Regulação** reuniu mais 70 debatedores – especialistas nas múltiplas formas de regulação e representantes dos mais diversos setores, com atuação no Brasil, em Portugal e demais países europeus. Dezenas de inscritos acompanharam os debates, bem como a assinatura de um acordo de cooperação com o CAAD e a apresentação de parte dos distinguidos no 3º Prémio FIBE.

Assista ao vídeo de resumo do II Fórum Futuro da Regulação:
tinyurl.com/5263u96t



agradecimentos



O FIBE expressa gratidão especial à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - FDUC, ao CEDIPRE - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação, à Academia das Ciências de Lisboa, ao Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP e à FGV Conhecimento pelo apoio crucial na realização do II Fórum Futuro da regulação.

Agradecemos também a todos e todas especialistas que participaram como expositores (as), debatedores (as) ou moderadores (as), bem como a todos e todas participantes. Muito obrigado!

PROGRAMAÇÃO

2º FÓRUM FUTURO DA REGULAÇÃO



26 E 28 de NOVEMBRO 2025



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

14h30 | BOAS-VINDAS

Raimundo Carreiro | Embaixador do Brasil em Portugal
Vitalino Canas | Presidente do FIBE

15h | KEYNOTE SPEAKER

António Costa Silva | Ex-Ministro da Economia e do Mar da República Portuguesa

16h | BETTER REGULATION: TENDÊNCIAS E FUTURO DA REGULAÇÃO

André Nunes Chaib | Professor da Universidade de Maastricht
Elisabete Carvalho | Professora do ISCSP/Universidade de Lisboa
Filipe Matias Santo | Jurista Chefe do Departamento Jurídico da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
Luis Guilherme Catarino | Jurista da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários
Paula Vaz Freire | Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Reynaldo Soares da Fonseca | Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Vander Costa | Presidente da Confederação Nacional do Transporte

17:30h | FUTURO DA REGULAÇÃO DE DISPUTAS EM CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA

Ane Elisa Perez | Advogada
Bruno Dantas | Ministro do Tribunal de Contas da União
Cristiana Fortini | Presidente do IBDA e Líder do Inframomen na parte de Arbitragem e outros meios de prevenção e solução de conflitos
Flávia Tâmega | Diretora Jurídica da Arteris S.A.
Maria Augusta Rost | Professora da Universidade de Brasília (UnB)

10h | O FUTURO DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, LENIÊNCIA E CONTROLE EXTERNO

Sérgio Victor | Professor do IDP (Moderação)

Benjamin Zymler | Ministro do Tribunal de Contas da União

Nuno Peres Alves | Advogado

Patrícia Alves de Faria | Consultora Jurídica da Controladoria-Geral da União

Vinícius Marques de Carvalho | Ministro da Controladoria-Geral da União

11h | SALA A - REGULAÇÃO, CONCORRÊNCIA E INFRAESTRUTURA

José Levi Mello do Amaral Júnior | Professor da Universidade de São Paulo e Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Moderação)

Flávia Tâmega | Diretora Jurídica da Arteris S.A.

Juliano Noman | Presidente da Abear

Lucas Laupman | Coordenador Acadêmico de Direito Regulatório – ESA OAB/RJ

Miguel Moura e Silva | Autoridade da Concorrência

11h | SALA B - A REGULAÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL - DESAFIOS DE COOPERAÇÃO E CONVERGÊNCIA REGULATÓRIA

José Roberto Afonso | Professor do IDP e Vice-Presidente do FIBE (Moderação)

Alice Serpa Braga Della Nina | Procuradora Federal da Agência Nacional de Aviação Civil e Vice-Chefe do Legal Committe da ICAO

Roberto José Silveira Honorato | Superintendente de Aeronavegabilidade na ANAC

Thiago Campos | Diretor da Anvisa

Tiago de Moraes Vicente | Presidente da Associação das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biosimilares

15h | SALA A - REGULAÇÃO RESPONSIVA NAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Paula Vaz Freire | Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Vogal da ASF (Moderação)

Alexandre Reis Siqueira Freire | Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações

Marcelo Guarany | Advogado

Pedro Gonet | Professor do IDP e Diretor Jurídico da FIESP

Thiago Campos | Diretor da Anvisa

15h | SALA B - IA, GOVERNANÇA ALGORÍTMICA NA REGULAÇÃO, REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS DIGITAIS E ECONOMIA DE DADOS

Bruno Bioni | Professor do IDP e Fundador do Data Privacy Brasil

Anabela Pedrosa | Ex-secretária de Estado da Justiça

Edson Holanda | Conselheiro da Anatel

Francisco Jaime Quesado | Economista e Gestor

Gabriel Campos Soares da Fonseca | Doutor em Direito Económico pela USP

Joana Neto Anjos | Professora da Faculdade de Direito da Universidade Coimbra

16h30 | ESG, SUSTENTABILIDADE E REGULAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Maria Augusta Rost | Professora Convidada da Universidade de Brasília (Moderação)

Albérico Mascarenhas | Sócio e Diretor da A2M Consultoria

Armando de Queiroz Monteiro Bisneto | Diretor Presidente do Complexo Industrial e Portuário de Suape

Ruben Maximiano | Senior Competition Expert at the OECD

Tiago de Moraes Vicente | Presidente da Progenéricos

10h | REGULAÇÃO EXPERIMENTAL E SANDBOX REGULATÓRIO

Ana Carolina Roman | Desembargadora Federal do TRF da 1ª Região (Moderação)
Alice Serpa Braga Della Nina | Procuradora Federal da Agência Nacional de Aviação Civil e Vice-Chefe do Legal Committee da ICAO
Cleso Fonseca | Professor do IDP
Filipe Brito Bastos | Professor Associado da Nova School of Law
Roberto José Silveira Honorato | Superintendente de Aeronavegabilidade da ANAC
Tatiane Viana | Head de Assuntos Regulatórios da Latam Brasil

11h30 | AUTONOMIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: O FUTURO DA INDEPENDÊNCIA REGULATÓRIA

Clarissa Costa de Barros | Secretária Nacional de Aviação Civil Substituta
Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio | Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre
Isabel Apolinário | Vogal do conselho de administração da ERSE
Larissa Oliveira Rêgo | Diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Paula Braz Machado | Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
Ricardo Rivero Ortega | Professor da Universidade de Salamanca
Tiago Chagas Fainerstein | Diretor Presidente da ANAC

13h | RESULTADOS DO 3º PRÉMIO FIBE**15h | REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO SÉCULO XXI: ENTRE CONCORRÊNCIA, PRUDÊNCIA E INTEGRIDADE**

Cristiane Coelho | Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras
Eduardo Lopes | Presidente da Zetta
Isaac Sidney | Presidente da Federação Brasileira de Bancos
Matilde Lavouras | Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Ricardo Villas Bôas Cueva | Ministro do Superior Tribunal de Justiça

16h30 | O PODER JUDICIÁRIO E AS AGÊNCIAS REGULADORAS

Cleso Fonseca | Professor do IDP (Moderação)
Caio Castagine Marinho | Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil
Gilmar Mendes | Ministro do Supremo Tribunal Federal
João Carlos Mayer | Desembargador Federal do TRF da 1ª Região
Newton Ramos | Desembargador do TRF da 1ª Região
Nuno Cunha Rodrigues | Autoridade da Concorrência
Verônica Sánchez da Cruz Rios | Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Vitalino Canas | Presidente do FIBE

18h | ENCERRAMENTO

Gilmar Mendes | Ministro do STF
Raimundo Carreiro | Embaixador do Brasil em Portugal
Vitalino Canas | Presidente do FIBE
Cleso Fonseca | Professor de Direito Regulatório no IDP

Keynote Speaker
ANTÓNIO COSTA SILVA,
EX-MINISTRO DA ECONOMIA E DO MAR
DA REPÚBLICA PORTUGUESA



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

“A regulação não pode ser a vítima colateral das mudanças sísmicas que estão a abalar o mundo”

Rubens Barbosa
Ex-embaixador e Presidente do IRICE

António Costa Silva, ex-ministro da Economia e do Mar da República Portuguesa, abriu o primeiro dia de painéis do II Fórum Futuro da Regulação a destacar que “a regulação não pode ser a vítima colateral das mudanças sísmicas que estão a abalar o mundo” nem ser sinónimo de “sobre-regulação”. Dedicou parte do keynote à “crescente confrontação das grandes potências mundiais” e ao que chamou de desmantelamento de “uma das grandes invenções da espécie humana, o comércio”. O principal alvo da cooperação comercial é, conforme declarou, “a guerra tarifária da administração norte-americana”, mencionando ainda que o “comportamento errático” de Donald Trump é “como se fosse um reality show contínuo”.

O ex-ministro português da Economia e do Mar também opinou sobre o impacto da inteligência artificial generativa - “dez vezes mais rápida do que a Revolução Industrial”. E levou o debate para o Sul da América ao defender que o acordo da União Europeia com o Mercosul é “absolutamente crucial” como já era há 25 anos. “Há ainda algumas objeções, sobretudo das autoridades francesas, mas são incompreensíveis. Portanto, nós precisamos aumentar as nossas relações de cooperação, de comércio. Precisamos que a regulação seja eficaz para a economia do mercado poder funcionar e criar bem-estar público e, sobretudo, salvaguardar o interesse público”.

Painel: BETTER REGULATION: TENDÊNCIAS E FUTURO DA REGULAÇÃO

Reynaldo Soares da Fonseca (Moderação)

André Nunes Chaib
Elisabete Carvalho
Filipe Matias Santos
Luis Guilherme Catarino
Paula Vaz Freire
Vander Costa



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca foi o moderador do painel Better Regulation: Tendências e Futuro da Regulação, que reuniu seis especialistas de Portugal e do Brasil. André Nunes Chaib, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Maastricht (Holanda), citou a credibilidade das regulações num contexto de sobreposição de crises, como instabilidade geopolítica e alterações climáticas. E pediu cuidado “com as ambivalências da cooperação regulatória”. Professora do ISCSP/Universidade de Lisboa, Elisabete Carvalho olha para a regulação do ponto de vista da administração pública, no qual o Estado é particularmente importante.

Filipe Matias Santos, Jurista Chefe do Departamento Jurídico da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), fez uma reflexão sobre o berço da própria regulação e seus movimentos na história, contextualizando a questão do populismo antirregulatório – movimento que levou à neorregulação e à regulação responsável. Já Luís Guilherme Catarino, jurista da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários, defendeu a better regulation como forma de combate aos Estados burocráticos e à inflação legislativa. O foco de Paula Vaz Freire, doutora em Direito da Concorrência, foi os desafios de uma maior intervenção reguladora ou da ausência da regulação.

Por fim, o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, afirmou que é “bom ser regulado”, explicando que a “better regulation é possível e necessária, principalmente, em se tratando da sustentabilidade de um país”.

Painel: FUTURO DA REGULAÇÃO DE DISPUTAS EM CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA

Maria Augusta Rost (Moderação)

Ane Elisa Perez
Bruno Dantas
Cristiana Fortini
Flávia Tâmega



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

A regulação voltada à resolução de disputas em contratos públicos foi o tema principal do painel Futuro da Regulação de Disputas em Contratos de Infraestrutura. A professora Maria Augusta Rost, especialista em Direito Administrativo, mediou a conversa, aberta pelo ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União. Dantas defendeu a ideia de que só há erro grosseiro quando o diretor decide sem o apoio de uma Avaliação de Impacto Regulatório (AIR) — seja para segui-la, seja para divergir. “A regulação forte exige técnica, coragem e responsabilidade.”

Flávia Tâmega, da Arteris, lembrou dos primeiros contratos de concessão que foram colocados no mercado, cheios de lacunas e deficiências pela falta de conhecimento na regulação. A advogada Ane Elisa Perez comentou a resolução de conflitos em contratos de infraestrutura como “uma evolução do ponto de vista regulatório”, com a criação das agências, mas também uma evidente evolução do posicionamento dos órgãos de controle. Já Cristiana Fortini, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), abordou a questão da incorporação de mecanismos como os dispute boards.

Painel: O FUTURO DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, LENIÊNCIA E CONTROLE EXTERNO

Sérgio Victor (Moderação)

Benjamin Zymler
Nuno Peres Alves
Patrícia Alves de Faria
Vinícius Marques de Carvalho



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) Vinícius Marques de Carvalho abriu o debate sobre leniência afirmando que o direito administrativo sancionador hoje, que organiza a ação regulatória do Estado, delimita a agenda de políticas públicas. “Não temos lei geral do processo sancionador no Brasil”, disse, apontando que o direito sancionador está próximo da raiz do direito penal, citando os PADs (processos administrativos disciplinares). Já o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler comentou a ideia de consensualidade e o futuro do direito administrativo. O ministro também citou a ideia de paridade das concessões particulares e públicas, bem como a aversão ao risco moral. Mencionou ainda os acordos de leniência da CGU.

Já Patrícia Alves de Faria, consultora jurídica da Controladoria-Geral da União (CGU), abordou a regulação responsável como um instrumento eficiente para o direito administrativo sancionador ambiental e de desastres naturais, destacando três elementos: a normatividade e a transparência e participação social. O advogado Nuno Peres Alves trouxe a perspetiva de Portugal sobre o direito administrativo sancionador, “que não deve ser apenas regido pelo direito administrativo, mas deve manter um regime uniforme, que estabelece regras processuais determinando a aplicação supletiva do direito do processo penal”. A moderação do painel foi de Sérgio Victor, professor do IDP.

Painel: REGULAÇÃO, CONCORRÊNCIA E INFRAESTRUTURA

José Levi (Moderação)

Flávia Tâmega
Juliano Noman
Lucas Laupman
Miguel Moura e Silva



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

O moderador José Levi, jurista e ex-Advogado-geral da União do Brasil, abriu o debate passando a palavra para Miguel Moura e Silva, da Autoridade da Concorrência (AdC), comentar as especificidades do modelo da União Europeia aplicadas em Portugal. Moura e Silva citou o exemplo da TAP, na questão da regulação do setor aéreo, e do novo aeroporto de Lisboa, para abordar a questão da concorrência nas licitações de infraestrutura. Nos dois casos, Moura e Silva apontou a importância da formação das entidades que vão organizar as licitações. Coordenador acadêmico de Direito Regulatório da OAB/RJ, Lucas Laupman fez uma contextualização histórica da regulação; citou um estudo norte-americano sobre pragmatismo jurídico, que impacta a discussão do direito administrativo, e ainda abordou o Acórdão 1369 do TCU, envolvendo a rodovia Fernão Dias.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Juliano Noman, abordou duas grandes indústrias: aeroportuária e aérea. Admitiu que, no setor aéreo, “a regulação da concorrência é mais desafiadora”, mas melhorou com a abertura nos mercados, referindo-se ao chamado Acordo de Céus Abertos. Já Flávia Tâmega, do grupo Arteris, alertou que o setor privado, especificamente no caso das rodovias, está concentrado em poucos players, o que influencia as decisões políticas e a agenda regulatória. Falou ainda da importância da confiabilidade das instituições para promover a concorrência legítima e transparente, afirmando que, para o investidor privado, “as agências reguladoras têm feito uma escuta ativa dos investidores para verificar os problemas em projetos que eventualmente não atraem investimentos”.

Painel: A REGULAÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL - DESAFIOS DE COOPERAÇÃO E CONVERGÊNCIA REGULATÓRIA

José Roberto Afonso (Moderação)

Alice Serpa Braga Della Nina
Roberto José Silveira Honorato
Thiago Campos
Tiago de Moraes Vicente



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

Quando a pandemia de COVID-19 obrigou o Brasil a organizar voos extras para trazer equipamentos da China e lidar com a complexa logística de distribuição interna, reguladores de diferentes setores precisaram conversar mais entre si. Foi com essa provocação que o economista José Roberto Afonso, vice-presidente do FIBE, iniciou o painel com reuniu líderes da aviação civil, saúde e indústria farmacêutica. Alice Serpa Braga Della Nina, procuradora da Agência Nacional de Aviação Civil e Vice-Chefe do Legal Committe da ICAO, destacou a posição singular da aviação civil na regulação internacional, lembrando que o setor foi estruturado com normas técnicas globais vinculantes. A procuradora também lembrou que, nos últimos anos, a ICAO passou a resolver litígios entre Estados. Dentro do contexto da convergência, o diretor da Anvisa, Tiago Campos, sublinhou que a Agência tem atuado para ampliar a convergência regulatória em fóruns globais, mas preservando a autonomia e as especificidades nacionais.

Já o superintendente de Aeronavegabilidade da ANAC, Roberto José Silveira Honorato, defendeu que “tentar unificar a redação de requisitos é inviável”, mas alertou que os países têm avançado em discutir premissas e objetivos comuns. Destacou ainda dois desafios crescentes: a multiplicidade de jurisdições envolvidas na fabricação de uma aeronave, com fornecedores mundiais submetidos a regulamentos distintos, e a pressão internacional de pioneirismo na adoção de novas tecnologias. Na mesma linha, o presidente da Associação das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares, Tiago de Moraes Vicente, comentou a importância da harmonia regulatória e da convergência internacional para o setor farmacêutico brasileiro. Ressaltou ainda que o equilíbrio regulatório é fundamental para que investimentos e inovações floresçam.

Painel: IA, GOVERNANÇA ALGORÍTMICA NA REGULAÇÃO, REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS DIGITAIS E ECONOMIA DE DADOS

Bruno Bioni (Moderação)

Anabela Pedrosa
Edson Holanda
Francisco Jaime Quesado
Gabriel Campos Soares da Fonseca
Joana Neto Anjos



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

Os desafios e as oportunidades na regulação da inteligência artificial foram debatidos por especialistas com foco na cooperação, responsabilidade e preservação da democracia. A perspetiva social foi um dos focos do economista e gestor Francisco Jaime Quesado. O especialista destacou que a tecnologia transforma profundamente a relação de confiança entre cidadãos e Estado. Sublinhou que a IA também altera a dinâmica entre gestores e trabalhadores, exigindo novos pactos de confiança dentro das organizações. Anabela Pedrosa, ex-secretária de Estado da Justiça de Portugal, defendeu como ponto essencial de reflexão “compreender a relação entre a tecnologia e o modelo de sociedade que desejamos criar”. Alertou para “ilusões tecnológicas” e “ilusões algorítmicas”, reforçando que mais tecnologia ou mais normas não significam automaticamente melhor segurança.

Joana Neto Anjos, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, destacou a transição atual da administração pública “de um modelo digitalizado para um realmente digital”. Sobre responsabilidade algorítmica, levantou questões cruciais como formas de controlo e atribuição de responsabilidades. Conselheiro da Anatel, Edson Holanda chamou a atenção para o excesso de regulamentação e questões de transversalidade de órgãos como a Agência Nacional de Proteção de Dados. Segundo o professor auxiliar da NOVA School of Law, Filipe Brito Bastos, o Brasil quer descentralizar a regulação, articulando todas as agências reguladoras e criando uma entidade coordenadora. A mediação foi de Gabriel Campos Soares da Fonseca, doutor em Direito Econômico pela USP e coordenador do Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP.

Painel: ESG, SUSTENTABILIDADE E REGULAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Maria Augusta Rost (Moderação)

Albérico Mascarenhas
Armando Monteiro Bisneto
Ruben Maximiano
Tiago de Moraes Vicente



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

O segundo dia foi encerrado com o um importante debate ambiental. Ruben Maximiano, especialista sênior em Competition Policy da OCDE, abordou a questão do setor elétrico, da tecnologia em grande aceleração, focando na parte da energia e da inteligência artificial. Comentou ainda a produtividade relacionada a uma melhor regulação e o dilema da necessidade de mais energia para o uso da inteligência artificial. Com moderação da professora Maria Augusta Rost, especialista em Direito Administrativo, Armando Monteiro Bisneto, diretor presidente do Complexo Industrial e Portuário de Suape, mencionou os combustíveis novos que prometem descarbonizar, o desenvolvimento do cluster, a questão da expansão do onshore power supply e da eletrificação dos navios. Afirmou ainda que o “Porto de Suape é net zero”.

O setor farmacêutico foi abordado por Tiago de Moraes Vicente, presidente da Associação das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), que declarou que “muito do que o ESG fala ao longo de décadas é uma evolução do que foi a questão da sustentabilidade no passado”. Já Albérico Mascarenhas, sócio e diretor da A2M Consultoria, provocou que “ESG fica muito bonito na sigla, mas na prática o Brasil ainda precisa melhorar muito na questão da sustentabilidade e na regulação do meio ambiente”. Mascarenhas citou três principais eixos: a regulação institucional, a contratual e a legal.

Painel: REGULAÇÃO EXPERIMENTAL E SANDBOX REGULATÓRIO

Ana Carolina Roman (Moderação)

Alice Serpa Braga Della Nina
Cleso Fonseca
Filipe Brito Bastos
Roberto José Silveira Honorato
Tatiane Viana



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

Como os reguladores podem cumprir as suas funções sem impedir a inovação? Seria o sandbox regulatório uma alternativa para atender a esses requisitos? Essas foram algumas das provocações que nortearam o painel 'Regulação Experimental e Sandbox Regulatório'.

A primeira intervenção foi de Roberto José Silveira Honorato, que pontuou a responsabilidade dos reguladores para atender aos requisitos de inovação, estando atentos e abertos à adaptabilidade. "Ao mesmo tempo que o setor busca inovação, os reguladores têm que encontrar novas técnicas para responder a essas inovações", comentou.

Em relação ao sandbox regulatório – que se trata de um ambiente controlado em que a autoridade reguladora autoriza uma empresa a operar, por um período determinado, sob regras especiais ou diferenciadas, com o objetivo de testar e desenvolver uma inovação –, Cleso Fonseca trouxe ao debate uma reflexão histórica sobre a regulação da aviação, lembrando que "na gênese da aviação tivemos uma experimentação contínua e enfrentamento das condições jurídicas da época".

O tema da inovação manteve-se em alta nos discursos, mas foi questionado pelo professor Felipe Brito Bastos. O professor trouxe para o debate uma perspectiva do direito público e as distinções entre a visão sobre sandbox no Brasil e Estados Unidos em comparação com o que se vê na Europa hoje.

Por fim, Tatiane Viana trouxe o olhar do agente regulado para o painel, destacando exemplos de inovação dentro da Latam, bem como os desafios para inovar. O painel demonstrou que a regulação moderna exige equilíbrio entre autonomia, transparência e diálogo com o mercado.

Painel: AUTONOMIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: O FUTURO DA INDEPENDÊNCIA REGULATÓRIA

Clarissa Costa de Barros (Moderação)

Guilherme Theo Sampaio
Isabel Apolinário
Larissa Oliveira Rêgo
Paula Braz Machado
Ricardo Rivero Ortega
Tiago Chagas Faierstein



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

Autonomia das Agências Reguladoras: O Futuro da Independência Regulatória começou por enquadrar historicamente a formação das entidades reguladoras em Portugal. O painel resgatou o passado para ajudar a discutir o futuro, a começar por Paula Braz Machado, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. A especialista recordou que os organismos reguladores em Portugal remontam ao Estado Novo, quando surgiram os primeiros mecanismos considerados “a génese da identidade reguladora daquilo que conhecemos hoje, embora sejam muito diferentes daquilo que se pretende hoje”.

Paula Machado sublinhou que a independência é essencial porque as entidades reguladoras se situam “no meio de dois grupos de poder, os regulados e o poder político”, sendo determinante para a equidade e o bom funcionamento do mercado.

Na sequência, Guilherme Theo Sampaio destacou que o papel central das agências está em implementar a política pública, garantir que o regulado cumpra as obrigações previstas no contrato e tenha retorno com lucro, e que o usuário pague sua tarifa, reforçando a importância da análise de resultados regulatórios para assegurar equilíbrio entre interesses públicos e privados.

Ricardo Rivero Ortega, professor da Universidad de Salamanca, trouxe ao debate a experiência espanhola e uma reflexão comparada com o Brasil, especialmente no contexto da regulação da IA.

O painel foi mediado por Larissa Oliveira Rêgo, que destacou uma ideia em comum no debate: “A chave da independência é o nosso sistema financeiro”.

Painel: REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO SÉCULO XXI: ENTRE CONCORRÊNCIA, PRUDÊNCIA E INTEGRIDADE

Cristiane Coelho (Moderação)

Eduardo Lopes
Isaac Sidney
Matilde Lavouras
Ricardo Villas Bôas Cueva



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

A transformação acelerada do sistema financeiro, impulsionada pela digitalização, pelo avanço das fintechs e pela emergência dos criptoativos, colocou novos desafios ao equilíbrio entre concorrência e prudência regulatória. Foi este o ponto de partida do painel Regulação do Sistema Financeiro no Século XXI: Entre Concorrência, Prudência e Integridade, no II Fórum Futuro da Regulação, no qual especialistas alertaram para a necessidade de atualizar modelos de supervisão, fortalecer a atuação das autoridades e preservar a confiança num setor em rápida mutação.

Matilde Lavouras, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, abriu o painel partilhando um pouco daquilo que é a sua investigação académica, centrando parte da sua fala no universo dos criptoativos. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Bôas Cueva chamou a atenção para o crescimento expressivo das fraudes no sistema bancário, um fenómeno que tem chegado cada vez mais ao Judiciário.

Também presente no painel foi Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos. Com quase 18 anos de experiência no Banco Central, lembrou que as diferentes gestões focaram, em momentos distintos, nos riscos tradicionais do setor, como o risco de mercado e risco operacional, mas que o cenário atual exige atenção redobrada a novos riscos surgidos com a transformação digital. Para ele, a regulação moderna deve perseguir simultaneamente robustez, inovação e integridade. Já Eduardo Lopes, presidente da Zetta, apresentou a visão das grandes fintechs que compõem a associação e destacou a transformação profunda vivida pelo sistema financeiro brasileiro nos últimos anos.

Painel: O PODER JUDICIÁRIO E AS AGÊNCIAS REGULADORAS

Cleso Fonseca (Moderação)

Caio Castagine Marinho
Gilmar Mendes
João Carlos Mayer
Newton Ramos
Nuno Cunha Rodrigues
Verônica Sánchez da Cruz Rios
Vitalino Canas



CRÉDITO: CLÁUDIO NOY / FIBE

O painel O Poder Judiciário e as Agências Reguladoras encerrou o II Fórum Futuro da Regulação, trazendo ao de cima uma discussão ampla sobre a relação entre o Judiciário e as agências reguladoras no Brasil, bem como em contextos europeus.

Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal, abriu o painel relembrando a criação das primeiras agências reguladoras no Brasil. Para o ministro, “as agências reguladoras já são um passo no redesenho da ideia da divisão de poderes, do papel regulador e da transferência para um papel técnico”.

O debate ganhou novos contornos quando Verônica Sánchez da Cruz Rios, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, destacou a instabilidade enfrentada pelas agências reguladoras com a rotatividade dos governos brasileiros.

Outro ponto sensível mencionado foi o dilema atual do controlo da atividade regulatória das agências, apresentado por Newton Ramos, desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O encerramento do painel ficou a cargo de Vitalino Canas, presidente do FIBE, que abordou o tema sob a perspetiva constitucional. Canas destacou a tensão entre autonomia e controlo das agências: “Há uma tensão entre a necessidade de independência das agências reguladoras e uma necessidade de controlo destas agências”. Para ele, é fundamental que as agências tenham mecanismos de supervisão democrática, mas que sua autonomia técnica seja preservada. “As agências reguladoras precisam ter aqui algum controlo democrático”, completou.

IMPRENSA

A divulgação do **II Fórum Futuro da Regulação** foi realizada através de **2 comunicados à imprensa**, na publicação de **3 artigos** e envio de **2 newsletters** e material de divulgação aos mais de 20 parceiros do FIBE. Nos três dias de debate, direto da Academia das Ciências de Lisboa, foram realizadas **3 entrevistas coletivas**, além de **3 entrevistas exclusivas**. Os **9 jornalistas credenciados** receberam, bem como jornalistas fora de Lisboa, tiveram acesso a fotografias, vídeos, áudios e **23 notícias** produzidas pela redacção do FIBE, repercutiram o evento em **20 notícias no Brasil e em Portugal**. O II Fórum Futuro da Regulação também foi cenário para a quinta temporada do *FIBE Conversa*.

■ FIBE CONVERSA

A quinta temporada do talk show FIBE Conversa apresentou **6 entrevistadas** publicadas pelo JOTA, somando mais de **400 visualizações**. A cinco temporadas do FIBE Conversa já ultrapassam as 30 mil visualizações.

■ SITE

Como é habitual ao FIBE, mais do que informações úteis sobre o evento, o site do II Fórum Futuro da Regulação apresentou além de informações úteis (local, restaurantes e atrações), um repositório de debates preparatórios, bios dos participantes, textos e artigos relacionados aos painéis, mas também da cobertura completa, com resumo dos debatedores, galeria de imagens, vídeo e cobertura dos média.

■ NOTÍCIAS

- BBC Brasil | [É ingenuidade achar que transformar o Supremo em convento traria credibilidade, diz Gilmar Mendes](#)
- Conjur | [Fibe promove 2º Fórum Futuro da Regulação em Lisboa](#)
- Estado de Minas | [Embaixador do Brasil cobra mais 'integração' com Portugal](#)
- JOTA | [Órgão do TCU já examinou processos envolvendo R\\$ 300 bilhões em ativos, diz Bruno Dantas](#)

■ NOTÍCIAS

- JOTA | [Ministro da CGU defende mecanismo de incentivo para que em fusões e aquisições empresas reportem ilícitos](#)
- JOTA | [Abear ressalta excesso de judicialização no setor aéreo após STF suspender processos](#)
- JOTA | [Febraban diz que sistema financeiro não pode ser laboratório](#)
- Público | [Fórum aponta caminhos da regulação na busca de equilíbrio para o mundo em mudança](#)
- Público | [Estado brasileiro errou em 2020 e abriu brecha ao crime, diz Febraban](#)
- Público | [“Condenação de golpistas é histórica e rompe tradição de anistia” diz Gilmar Mendes](#)
- R7 News | [Fórum em Portugal discute leis e crimes digitais](#)
- Revista EntreRios | [Falha do Estado com fintechs abriu espaço para o crime, diz presidente da Febraban](#)
- Revista EntreRios | [“Brasil deu um exemplo para o mundo”, diz Gilmar Mendes sobre condenações por golpe de Estado](#)





O FIBE divulgou o II Fórum Futuro da Regulação para milhares de pessoas no Brasil e no mundo nas suas principais redes sociais: LinkedIn, Instagram e YouTube.

LINKEDIN

43 postagens entre 4 de novembro a 18 de dezembro

LinkedIn:

- **45** postagens
- **24.328** impressões (quantidade de vezes que os posts apareceram para as pessoas)
- **118** seguidores orgânicos

* **Pré-Fórum (1º de novembro a 25 de novembro):**

- **17** posts
- **11.579** impressões
- **55** novos seguidores
- **Destaque:** Post “Divulgação da Participação de António Costa Silva”

* **Durante o Fórum (26 a 28 de novembro):**

- **10** posts
- **4.248** impressões
- **21** novos seguidores
- **Destaque:** Post “A regulação que temos hoje em dia não foi concebida para essas novas tecnologias”

* **Após o Fórum (29 de novembro a 31 de dezembro):**

- **18** posts
- **8.501** impressões
- **59** seguidores
- **Destaque:** “Melhores Momentos do II Fórum Futuro da Regulação”



YouTube

- **16** vídeos
- **País** principal de origem: Brasil, seguido por Portugal
- **Destaque:** “O Judiciário e as Agências Reguladoras”



Instagram

- **23 posts e 53 stories**
- **81.144** visualizações
- + **235** seguidores

* Pré-Fórum (1º a 25 de novembro):

- **13 feed | 6 stories**
- **39.587** visualizações
- + **99** novos seguidores
- **10.122** contas alcançadas, sendo 70% de não seguidores

* Durante o Fórum (26 a 28 de novembro):

- **5 feed | 39 stories**
- **23.530** visualizações
- + **46** novos seguidores
- **4.196** contas alcançadas, sendo 60% de visualizações de não seguidores

* Após o Fórum (29 de novembro a 31 de dezembro):

- **5 feed | 8 stories**
- **18.027** mil visualizações
- + **90** novos seguidores
- **8.782** contas alcançadas, sendo 68% das visualizações são de não seguidores

■ COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

FIBE **José Roberto Afonso**
Vitalino Canas

IDP **Cleso Fonseca**
Cristiane Coelho
Gabriel Fonseca
Gilmar Mendes
Sérgio Victor
Victor Fernandes

■ COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Eduardo Jorge Caldas Pereira - Diretor Executivo do FIBE
Dilne Mendes Mesquita - Secretária-geral do FIBE
Bernardo Motta - Gerente Técnico do FIBE
Luisa Gonçalves Cunha - Gerente de Projetos do FIBE
Ilana Miranda - Assistente de Pesquisa

■ COMUNICAÇÃO FIBE

Raquel Lima - Assessora de Imprensa
Stéfanie Stefaisk - Coordenadora de Redes Sociais

■ ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM

Realização FIBE - Fórum Integração Brasil-Europa

Apoio Científico FDUC - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação

Parceria IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
FGV Conhecimento
IRB – Instituto Rui Barbosa

CONHEÇA

O FIBE



FORUMBRAZILEUROPA.ORG

organização:



FIBE

FÓRUM DE INTEGRAÇÃO
BRASIL EUROPA

Rua castilho 13D, 2D,
1250-194. Lisboa – PT —
+351 968 948 508
 contato@fibe.pt
 www.forumbrasileuropa.org

segue-nos nas redes:



/forumbrasileuropa